

Notas Introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil

2ª nota

A burguesia no Brasil

Marcelo Badaró Mattos

Desde 2015, sabemos que “somos os 99%” é muito mais que uma palavra de ordem retórica. Segundo os relatórios da Organização Não-Governamental (ONG) britânica Oxfam, o 1% mais rico da população mundial detém a mesma quantidade de riqueza que o restante 99%. A versão deste ano de 2017 do relatório chamou ainda mais atenção, ao mostrar que os 8 maiores bilionários do mundo, detém um patrimônio de 426 bilhões de dólares, equivalente ao de metade da população mundial (aproximadamente 3,7 bilhões de pessoas). São um punhado de donos de empresas de software, comunicação, cadeias comerciais, investidores financeiros, que caberiam numa única limousine e encarnam a centralização escandalosa de capitais em escala global. No Brasil, campeão de desigualdades, o quadro ainda é relativamente pior: são seis os bilionários que detém riqueza equivalente à de metade da população (cerca de 100 milhões de pessoas). Três deles são sócios da Ambev, um é banqueiro, outro co-fundador do facebook e um dos herdeiros das organizações Globo fecha o sexteto (se o patrimônio dos três irmãos Marinho fosse somado, o grau de concentração seria ainda mais absurdo).¹

Não é algo que deva surpreender uma análise marxista do capitalismo. Marx explicou como a lógica da acumulação capitalista, dada a tendência à modificação da “composição orgânica do capital”, com crescimento do peso relativo do capital constante (máquinas, equipamentos, matérias primas) em relação ao capital variável (força de trabalho), levava a um processo de concentração de capitais (com a tendência de “sobrevivência” dos maiores sobre os menores). Numa escala mais avançada, os detentores desses capitais concentrados, capazes de incrementar a produtividade do trabalho e obter maiores taxas de mais-valor, seguiam incorporando fatias de mercado ou propriedade de outras empresas, em um viés de centralização do capital. Em um parágrafo de síntese, Marx explica:

“É concentração de capitais já constituídos, supressão [Aufhebung] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. (...) Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração.”²

Explicando o papel dos capitalistas, diante das contradições dessa forma “canibalizante” de acumulação ampliada de capitais, Marx os entende como funcionários do poder concentrado pelo capital, ao mesmo tempo que reconhece os enormes poderes que concentram esses burgueses:

“O capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista, e já não está em nenhuma relação possível com o que o trabalho de um indivíduo isolado pode criar - mas como poder social alienado, autonomizado, que como coisa, e como poder do capitalista mediante essa coisa, confronta a sociedade.”³

Um pouco de história

¹ O relatório da Oxfam, “An economy for the 99%” pode ser encontrado em <https://www.oxfam.org/en/research/economy-99>. Os dados sobre o Brasil foram comentados por Sergio Domingues, “Ainda atualizando números sobre riqueza concentrada”, em seu Blog *Pílulas Diárias* (<http://pilulas-diarias.blogspot.pt/2017/01/ainda-atualizando-numeros-sobre-riqueza.html>)

² Karl Marx, *O capital: crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital*, São Paulo, Boitempo, 2013, pp. 701-702.

³ Karl Marx, *O capital : critica da economia política*, Livro III (vol.1), 2. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985-1986, p.198.

Em sua análise sobre a “assim chamada acumulação primitiva de capital”, Marx desnatura o modo de produção capitalista, mostrando como forças “extra-econômicas” (a violência direta, muitas vezes mediada pelo lei e ação do Estado) desempenharam um papel central na expropriação dos produtores diretos que, como proletários “livres” e/porque despossuídos, possibilitaram as primeiras formas de acumulação tipicamente capitalistas. Um período e um processo, por isso mesmo, que levou ao surgimento da burguesia moderna, tipicamente industrial, basicamente a partir de duas origens: a expansão do comércio e a transformação do campo com o surgimento de uma agricultura propriamente capitalista.⁴

O Brasil, conforme discutimos nas primeiras *Notas* desta série, ingressou no circuito de trocas capitalista internacionais como uma economia agro-exportadora escravista. Isso quer dizer que a acumulação primitiva “local” se deu sobre uma base distinta daquela estudada por Marx, que centrou-se no caso inglês. Porém, não há como esquecer que essa acumulação primitiva “nacional”, no século XIX, já se encontra subordinada a um mercado mundial marcado pela acumulação ampliada de capital a partir dos países já industrializados, como a Inglaterra.

A classe dominante local até a abolição foi, por isso mesmo, basicamente agrária e senhorial-escravista. Ou seja, mesmo sob um modo de produção dominado pelas relações escravo-senhor, no século XIX houve acumulação suficiente para o surgimento das primeiras fábricas voltadas para o mercado interno de gêneros não duráveis (alimentos processados, tecidos grossos, velas e sabão, etc.) e dos primeiros capitalistas ligados à indústria, mas seu papel nas relações sociais mais amplas era absolutamente secundário. Ainda assim, a inserção daquela economia agrária no circuito mundial capitalista conferia características de empresariamento burguês - do ponto de vista das redes de comércio, do financiamento da produção e das dimensões dos serviços infra-estruturais (especialmente de transportes) - à agricultura de exportação escravista.

Essas características levaram diversos autores a compreenderem a fração mais importante da classe senhorial exportadora - os cafeicultores, especialmente os de São Paulo - como uma “burguesia cafeeira”,⁵ interessada em promover a modernização capitalista brasileira, o que a levaria a apoiar a abolição da escravidão e a fazer a opção pelo trabalho livre-assalariado, importando braços do continente europeu. Jacob Gorender foi dos autores que melhor argumentou em contrário a essa caracterização, demonstrando o compromisso dos cafeicultores paulistas com a escravidão até seus estertores, assim como a dominância de relações de trabalho não propriamente assalariadas no período posterior à abolição nas “plantagens” escravistas.⁶

Ainda assim, as origens de uma burguesia industrial no Brasil tiveram relação com a acumulação originária da agricultura de exportação, principalmente em São Paulo, onde a indústria nasceu sob a órbita do complexo cafeeiro. No entanto, os primeiros burgueses industriais raramente surgiram entre os fazendeiros, pois a circulação de capitais acumulados pela cafeicultura para outros setores da economia se fez sob a intermediação do sistema bancário e do grande comércio. Mais direta foi a passagem de grandes comerciantes, particularmente importadores, à condição de industriais, tanto em São Paulo - que se industrializou mais tarde, mas com mais força a partir dos anos 1910 - como também no caso do Rio de Janeiro, em que a praça comercial local foi capaz de gerar capitais disponíveis para inversões industriais e investidores dispostos a isso desde a segunda metade do século XIX.⁷

⁴ K. Marx, Karl Marx, *O capital*, Livro I, especialmente o cap. 24 das edições brasileiras, “A assim chamada acumulação primitiva”.

⁵ As teses do “empreendedorismo capitalista” pioneiro dos cafeicultores paulista (especialmente do chamado “Oeste Paulista”) aparecem em vários trabalhos, como em Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças sociais na América Latina*, São Paulo, Difel, 1969. e no clássico estudo, já citado nestas *Notas*, de Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*.

⁶ Além de em seu *Escravidão colonial*, citado na primeira destas *Notas*, essa crítica apareceu em Jacob Gorender, *A burguesia brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

⁷ Além de J. Gorender, *A burguesia brasileira*, ver também a excelente síntese de Maria Bárbara Levy, “República S.A.: a economia que derrubou o Império”, *Ciência Hoje*, 59, nov. 1989.

Por qualquer de suas origens na acumulação originária de base local - da conexão indireta com os capitais oriundos da agricultura de exportação, ou pelas inversões diretas de empresários ligados ao comércio importador - e também pelo investimento direto de capitais estrangeiros (pouco significativo até meados do século XX, pois predominava o investimento indireto, na forma dos financiamentos internacionais ou o investimento direto em setores como os transportes e serviços urbanos), as primeiras indústrias “nacionais” já nasceram sob a marca do mercado mundial dominado pelas potências imperialistas e, portanto, da dependência em relação aos centros mais dinâmicos da economia capitalista (particularmente a Inglaterra e, após a I Grande Guerra, os Estados Unidos).

As peculiaridades da burguesia resultante de tal processo de “acumulação originária” local, em meio à acumulação ampliada e mesmo ao imperialismo na escala internacional, não poderiam ser apreendidas por uma simples repetição do padrão inglês, ou Europeu ocidental. Por isso mesmo, não seria adequado esperar dessa “nova” classe dominante capitalista, a repetição dos movimentos políticos revolucionários, de ruptura com o “antigo Regime”, em padrão semelhante ao da Revolução Francesa. Nem propriamente nacionais, e muito menos democráticos, poderiam ser os projetos dessa burguesia local, incapaz e completamente desinteressada, portanto, de cumprir o papel na “revolução nacional democrática”, ou a etapa “democrático-burguesa” da revolução, que os programas etapistas lhe imputavam.

Embora os interesses específicos da classe dominante rural exportadora, dos grandes proprietários ligados ao mercado interno, dos grandes comerciantes e dos primeiros industriais variassem entre a complementaridade e a contradição direta, o desenho próprio do capitalismo dependente levou a uma burguesia industrial que nunca demonstrou a propensão à ruptura completa com os interesses e as formas de dominação da classe dominante agrária de origem senhorial-escravista.

Comparando o padrão de dominação de classe sob o domínio escravista com a dominação burguesa do Brasil capitalista, Florestan Fernandes destacou o que chamou de “padrão composto e articulado de hegemonia burguesa”.⁸ Tal padrão decorria de da própria formação da burguesia, pois, no caso brasileiro, a burguesia industrial teria se formado pela associação com - não pela contraposição à - a acumulação originada na propriedade rural agro-exportadora. Em paralelo, do ponto de vista do capital internacional, cedo notou-se a tendência à associação de capitais de uma burguesia típica do capitalismo dependente. A forma composta e heterogênea decorria de imposições - a subalternidade relacionada à dependência, no plano internacional -, mas também de opções, especialmente pela associação com a classe dominante rural (a “oligarquia” na linguagem do início do século XX). Sua razão principal seria a necessidade, pressentida desde muito cedo, de contrapor-se à pressão transformadora (real ou latente) da classe trabalhadora em construção. Nas palavras de Florestan:

“enquanto a dominação senhorial era relativamente monolítica, a dominação burguesa surge como uma composição de poder heterogênea (com uma base nacional e outra internacional); e enquanto a dominação senhorial não se defrontava com a pressão sistemática das massas populares, a dominação burguesa identificava esta pressão como seu inimigo principal.”⁹

É duvidosa a avaliação de que a classe senhorial não enfrentou uma pressão sistemática vinda de baixo (pensemos na resistência contínua à escravidão, nas revoltas anti-coloniais de fins do século XVIII, nos levantes populares do “período regencial” e, especialmente, nas lutas abolicionistas da segunda metade do século XIX).¹⁰ Porém, o ponto forte dessa perspectiva de Fernandes está em

⁸ Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, p. 353.

⁹ *Ibidem*, p. 218.

¹⁰ Também aqui nos parece acertada a crítica de J. Gorender, que interpreta a abolição como uma “revolução social”, que resultou na superação do modo de produção escravista colonial, na qual a ação dos trabalhadores escravizados, em articulação com outros setores sociais, teve um papel significativo. Apoiando-se em Gorender, Décio Saes vai mais longe, defendendo que os escravos em sua luta foram a “força principal”, enquanto a classe média urbana foi a “força dirigente” não apenas do abolicionismo, mas do próprio processo inicial de formação do Estado Burguês, entre 1888 e

assinalar como o caráter compósito (nacional/estrangeiro; rural/urbano) da burguesia aqui instalada se devia à busca por uma posição de força ante a pressão social vinda a partir de baixo. Por isso, a subordinação da burguesia dependente face ao capitalismo internacional (que gerava mais associações, ainda que conflituosas, do que sentimentos nacionalistas) e o entrelaçamento com a classe dominante rural, não impediram a formação de uma classe dominante senhora do aparato estatal necessário para seu projeto de classe:

“Ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, meras ‘burguesias compradoras’ (típicas de situações coloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder, econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa.”¹¹

Garantir tal poder “econômico, social e político” exigiu organização como classe. Os estudos desenvolvidos por Sônia Regina de Mendonça vêem demonstrando a capacidade de organização da classe dominante no campo, desde pelo menos os tempos da “República Velha”, para garantir, da sociedade civil para a sociedade política, o peso de seus projetos sobre as ações de um Estado burguês no Brasil.¹² Do ponto de vista da burguesia industrial propriamente dita, a mesma autora recuperou várias discussões para mostrar como, nos final dos anos 1920, os projetos da burguesia industrial começaram a ganhar canais autônomos de representação e, a partir de 1930, ampliaram sua influência direta sobre as políticas de Estado. Embora não dirigindo diretamente o conjunto do aparato de Estado no pós-30, o projeto de classe da burguesia industrial obteve forte expressão nas políticas públicas. Tal projeto era expresso em sua proposta “industrialista”: com valorização da atividade industrial via políticas alfandegária, cambial e fiscal e intervenção direta do Estado, quer investindo diretamente em infra-estrutura (e em alguns casos na própria produção industrial), quer controlando as pressões do proletariado, através das políticas trabalhista e sindical.¹³

A capacidade de organização como classe da burguesia localizada no Brasil só faria aumentar nas décadas seguintes. Assim como seus vínculos com o capital internacional. Com o salto industrializante da segunda metade dos anos 1950, fortemente ancorado na ampliação das facilidades para o investimento direto de capital estrangeiro, acentuaram-se as características “compósitas e heterogêneas” de uma burguesia industrial cada vez mais associada ao imperialismo. René Dreifuss mostrou como a fração burguesa industrial do grande capital associado, desenvolveu forte capacidade organizativa, essencial para dirigir as demais frações da classe dominante no processo que resultou no golpe de 1964.¹⁴ A capacidade dirigente demonstrada pela burguesia industrial - e particularmente do grande capital nacional e associado - entre as frações burguesas no processo político que levou à derrubada do governo de João Goulart se fortalecerá por intermédio do governo instalado em 1964 que, embora de caráter ditatorial e com componentes “bonapartistas-militares”, levou adiante, em seus primeiros anos, políticas econômicas e sociais ditadas diretamente pelos representantes do grande capital.¹⁵

1891, com Abolição, Proclamação da República e Assembleia Constituinte republicana. Não é preciso concordar com o todo de sua tese para compartilhar a proposição de um papel ativo dos trabalhadores escravizados, em aliança com outros setores sociais, na derrubada do escravismo. Decio Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

¹¹ F. Fernandes, *A revolução burguesa*, p. 296.

¹² Sobre a organização dos interesses agrários, entre suas várias obras, Sonia Regina de Mendonça, *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, São Paulo, HUCITEC, 1997.

¹³ Sobre a organização dos industriais e seu projeto, ver da mesma autora o livro já citado em *Nota* anterior, S. R. Mendonça, *Estado e economia no Brasil*.

¹⁴ René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado: ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis, Vozes, 1981.

¹⁵ Uma caracterização menos sumária das formas do Estado no período pós-64 será objeto de uma próxima nota.

Qual burguesia e que direção de classe hoje

Comentando o que define como “capital-imperialismo”, em sua atuação global hoje, Virgínia Fontes chama a atenção para alguns processos: o novo patamar de entrelaçamento entre as grandes corporações industriais e o “capital monetário” (identificado correntemente com as “instituições financeiras”), combinado a uma nova forma de atuação das grandes massas de capitais centralizados pelos conglomerados empresariais em escala global, dando lugar a uma

“nova escala da propriedade de recursos sociais de produção que imperativamente dilacerou bilhões de seres sociais para impor condições mais duras para extração de valor, assegurando meios para atravessar ainda mais ágil e velozmente as fronteiras – embora sempre mantendo e/ou forjando Estados.”¹⁶

Em meio a tal re-arranjo em curso do capital, altamente centralizado e internacionalizado, torna-se mais difícil divisar capitais “puramente” industriais (produtivos), ou “monetários” (bancários), pois convivem em um grau de entrelaçamento muito mais elevado do que aquele encontrado no início do século XX pelos clássicos do debate sobre o imperialismo. Por isso, ainda segundo Fontes, “na nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas.”¹⁷

Como caracterizar a composição, a atuação e as características do poder de classe da burguesia localizada no Brasil, os “funcionários” do poder social do capital, segundo Marx, numa fase como esta da acumulação capitalista?

O período final da ditadura, sob o forte impacto de uma crise capitalista mundial, que se refletiu internamente, com mais força na década de 1980, em paralelo ao crescimento das lutas sindicais e políticas da classe trabalhadora, foi marcado por embates entre frações da classe dominante, aos quais se seguiram uma dada reorganização burguesa. Processo que se percebe tanto em termos da composição relativa das diversas formas do capital em adequação às novas configurações do capitalismo global que surgiram a partir do final dos anos 1970, quanto pela reordenação das políticas de classe da burguesia.

No primeiro sentido, a ditadura criou as condições para a expansão de um sistema bancário, com grandes empresas financeiras de porte nacional (em contraste com o perfil regionalizado antes dominante) e fortaleceu ainda mais a centralização de capitais, com privilégio ao capital estrangeiro (e nacional a ele associado) atuante no setor industrial de bens duráveis, mas mantendo elevado o peso das empresas estatais na atividade econômica, além de fortalecer empresas associadas às grandes iniciativas estatais no setor de infra-estrutura, como as empreiteiras.¹⁸

Estavam assim criadas as condições para que o “entrelaçamento pornográfico” entre diferentes formas de capitais também se manifestasse por aqui. Ele seria marcado entretanto pelas peculiaridades do capitalismo dependente em meio à crise iniciada nos anos 1970. No que atinge mais diretamente ao capital, a taxa de lucro no Brasil caiu, ao longo dos anos 1980, abaixo da metade do patamar alcançado na primeira metade da década de 1970, vivendo seu “fundo do poço” nos primeiros anos da década de 1990.¹⁹

Combinado a esse quadro local, enfrentando uma nova crise de dimensões globais, as “contratendências” (ou “causas contrariantes”, na expressão de Marx) à tendência à queda da taxa

¹⁶ Virgínia Fontes, *O Brasil e o capital imperialismo*, p. 198.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Em relação às empreiteiras, ver Pedro Campos, *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*, Niterói, EdUFF, 2014.

¹⁹ Esteban Maito, em seus cálculos para as taxas de juros em escala mundial, estima que entre 1970-74 a taxa média de lucro no Brasil foi de 42,8%, caindo para 14,7% no período 1990-94. E. Maito, *El capitalismo y su tendencia al derrumbe*, *En defensa del marxismo*, 48, 2016, P. 166 (https://www.academia.edu/28636267/Maito_Esteban_Ezequiel_-_El_capitalismo_y_su_tendencia_al_derrumbe_Revista_En_Defensa_del_Marxismo_N_48_2016)

de lucro, especialmente as da maior centralização e exportação de capitais, além da busca por taxas de mais-valia superiores nos países periféricos, ditaram o ritmo de uma investida mais vigorosa de todos os capitais privados e, particularmente, do capital estrangeiro sobre o setor da economia controlado pelas empresas do Estado. Tendência complementada pela reestruturação dos processos produtivos e pelo avanço sobre os parques diretos conquistados pela classe trabalhadora. No Brasil, como na maior parte do globo, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais tiveram por efeito uma reversão momentânea no declínio da taxa de lucros.²⁰

Por isso mesmo, a reunificação das representações burgueses, nos anos 1990, se dará sob o influxo do projeto neoliberal. No caso do setor industrial, o estudo de Alvaro Bianchi sobre a Fiesp mostra como as disputas internas entre as diferentes frações e os distintos projetos de recomposição da unidade do empresariado industrial face à crise dos anos 1980 foram resolvidas com a adesão - nunca isenta de contradições - ao neoliberalismo. Em suas palavras:

“Ao longo dos anos 1980, a defesa do liberalismo gradativamente abandonou o campo estritamente doutrinário e passou a se apresentar como programa político. Nos últimos anos dessa década, na medida em que a crise orgânica assumiu contornos mais agudos, essa transformação se completou. Para o empresariado, a alternativa neoliberal era um programa capaz de alterar a relação de forças entre as classes por meio de reorganização econômica e da recomposição social.”²¹

Do ponto de vista político-social, a questão central a ser enfrentada pela burguesia, não apenas pelos industriais, era a recomposição da estabilidade da dominação de classes. Por isso mesmo, a opção neoliberal – valendo-se, no caso de FHC, do prestígio popular obtido pelo controle da inflação – partia do ataque às parcas conquistas e à maior capacidade de intervenção social demonstrada pela classe trabalhadora na década de 1980. Mas, apresentava também opções definidas, como lembra Bianchi, para a equalização das relações público-privado e nacional-estrangeiro na economia brasileira. A abertura econômica e, principalmente, o programa de privatizações - levado adiante com a vitória eleitoral de Collor de Melo (1989) e muito aprofundado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso - são os pontos sem retorno dessa opção neoliberal.

Aloysio Biondi demonstrou o quão pornográfica (para retomar a expressão de Fontes) foi a transferência de recursos públicos para o capital privado, com todo um conjunto de vantagens para o capital estrangeiro, representada por aquele programa. E o fez usando apenas as informações públicas e oficiais disponíveis.²² Escândalos abafados à época poderiam somar detalhes ainda mais sórdidos ao processo. Todo tipo de “favor” aos compradores foi concedido por um governo que atuou absorvendo dívidas e encargos de aposentadorias, elevando tarifas, despedindo em massa, aceitando títulos desvalorizados comprados à prazo, concedendo financiamentos a juros baixos aos interessados, mantendo-se como acionista majoritário mas abrindo mão da gestão, etc. etc. etc. Chamando a atenção para apenas um dos resultados da reconfiguração econômica resultante da opção neoliberal dos anos 1990, podemos retomar de Biondi uma passagem sobre a desnacionalização de parcelas ainda maiores do capital instalado no país:

“Qual o tamanho da sangria de dólares provocada pelas remessas às matrizes ou fornecedoras localizadas no exterior? O dado (para todos os setores) é assustador: elas passaram de algo entre 600 milhões e 700 milhões de dólares por ano para atingir a faixa dos 7,8 bilhões de dólares em 1998. Um salto de 1.000%, ou dez vezes maior. O mesmo fenômeno ocorreu com o pagamento de ‘assistência técnica’ e ‘compra de tecnologia’

²⁰ Ver, além do trabalho de Maito, Michael Roberts, “Brazil: a dirty scum on polluted water”, *Blog The Next Recession*, 16/03/2015, (<https://thenextrecession.wordpress.com/2015/03/16/brazil-a-dirty-scum-on-polluted-water/>)

²¹ Álvaro Bianchi, *Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*, Campinas, EdUnicamp, 2009, p. 260.

²² Aloysio Biondi, *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

(manobra usada também para remessa disfarçada de lucros às matrizes), que saltou de 170 milhões de dólares para 1,7 bilhão de dólares, de 1993 para 1998.”²³

Os processos de desnacionalização e redução do peso relativo do setor industrial, decorrentes da abertura comercial e financeira e das privatizações, criaram fissuras entre as propostas das diferentes frações burguesas, com uma parte do empresariado industrial tomando a frente da defesa de propostas “liberal-desenvolvimentistas” desde o final dos anos 1990 e endurecendo as críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso ao fim de seu segundo mandato. Mais que uma adesão à oposição, tais críticas revelavam, segundo Bianchi, uma pressão para alterações da política econômica, com a redução da taxa de juros e uma reforma tributária que lhes beneficiasse.

De qualquer forma, a maioria dos empresários preferia uma saída de continuidade nas eleições de 2002, mas a deterioração das condições sociais decorrente do desmanche neoliberal indicava a forte possibilidade de uma vitória das oposições. Testadas as possibilidades mais variadas, um setor burguês construiu as pontes com a candidatura do Partido dos Trabalhadores. Não à toa, Lula se apresentou candidato enfatizando que não “quebraria contratos”, construiu sua chapa em aliança com o Partido Liberal e convidou o maior empresário da indústria têxtil brasileira - José de Alencar - como vice. A aproximação com a burguesia resultou em um financiamento empresarial da campanha de Lula quase tão vultoso quanto o de José Serra, candidato do PSDB.²⁴

Para entender essa aproximação entre Lula e a burguesia, não basta perceber a mudança de posição de frações do empresariado, mas também e principalmente, as transformações do PT ao longo dos anos 1990, cuja “moderação” (no sentido de uma gestão adequada aos interesses de classe da burguesia) estava provada por diversas administrações municipais e estaduais do partido.²⁵

Além disso, as direções sindicais ligadas ao PT, que comandavam a CUT, vinham também provando sua disposição para o “diálogo” - leia-se colaboração de classes - havia uma década, desde pelo menos as “câmaras setoriais” no governo Itamar Franco. Participando da “gestão tripartite” de fundos como o FAT e o FGTS, dirigentes sindicais cutistas compartilharam discursos e propostas com os empresários, ainda que pudessem obstar alguns projetos mais radicais de (contra)reforma trabalhista. Havia, porém, um outro ponto de ligação entre as privatizações, a burocracia sindical de origem petista e a burguesia que merece ser lembrado: os fundos de pensão.

No processo de privatização de diversas empresas, a participação dos fundos de pensão - especialmente dos trabalhadores de empresas estatais, como Previ (BB), Petrus (Petrobrás), Funcef (CEF) e outros - foi decisiva para capitalizar consórcios compradores liderados por empresas privadas do setor industrial e bancário. Tais fundos, instituídos com o objetivo de complementar as aposentadorias da previdência social pública dos trabalhadores dessas empresas, transformaram-se em importantes alavancas da acumulação capitalista, mantendo bilhões em carteiras de ações da bolsa e de títulos da dívida pública. Desde os anos 1980, os sindicatos lutaram e conquistaram espaço para representantes dos trabalhadores nos conselhos gestores dos fundos, sendo que muitos deles acabariam por ser oriundos do sindicalismo cutista. Nos conselhos, participaram ativamente da privatária, ganharam individualmente com isso (ao serem indicados para conselhos de empresas privatizadas, por exemplo) e, mais que tudo, assumiram como seu o programa do capital. Nas palavras de Sara Granemann e José Miguel Saldanha:

“Ao contrário de “gerar empregos” e “crescimento econômico”, estes Fundos operam no sentido da superexploração do trabalho. Sua rentabilidade está ligada à valorização das ações e, portanto, à maior lucratividade das empresas. Por isso, os Fundos que ajudaram nas privatizações e tornaram-se sócios de empresas como a Embraer, Usiminas, Vale do Rio

²³ Ibidem, p. 26.

²⁴ Dados sobre o financiamento empresarial das campanhas presidenciais no Brasil a partir de 1989 podem ser encontrados em Cyro Garcia, *PT: de oposição à sustentação da ordem*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2011, pp. 107-110.

²⁵ Sobre as transformações do PT, há uma bibliografia já ampla. Destaco Eurelino Coelho, *Uma esquerda para o capital*, São Paulo, Xamã/Edufes, 2012. E Mauro Iasi, *Metamorfozes da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, São Paulo, Expressão Popular, 2006.

Doce e outras apoiaram o arrocho salarial e as demissões ali ocorridas, como fez a Previ na Embraer. Eles querem também que seus segurados trabalhem mais tempo e ganhem menos quando se aposentarem.”²⁶

No século XXI, a classe dominante aqui localizada apresenta um perfil cada vez mais heterogêneo e compósito, conforme aprofunda-se a acumulação/reprodução ampliada do capitalismo dependente brasileiro. Capitais nacionais se associam cada vez mais - de forma subordinada - aos internacionais, em quadro de privatização/desnacionalização de fatias crescentes das empresas aqui localizadas. A forte presença do “setor financeiro” comanda fusões e aquisições em todos os setores da economia, acelerando a centralização de capitais. O empresário do agro se torna cada vez mais (agro)industrial, ao passo que o da indústria, relativamente “encolhida”, busca recuperar suas taxas de lucro destinando recursos cada vez maiores ao “mercado de capitais”. É essa burguesia que diversificou também sua representação política, incorporando entre as suas opções a de um governo afinado com seu programa geral, mas capaz de fazer avançar para um patamar mais elevado a conciliação de classes.

Assim, podemos entender como a condução da política econômica nos dois mandatos de Lula atravessou as variações cíclicas da economia internacional tendo sempre em vista o projeto mais amplo do capital. Afinal, as representações do grande capital, em suas diferentes frações, compuseram o primeiro escalão dos governos do PT. Como exemplificam os executivos da banca Meireles no Banco Central nos anos Lula e Joaquim Levy na Fazenda em 2015; ou as lideranças do agronegócio com Rodrigues na Agricultura no primeiro mandato de Lula e Kátia Abreu mais recentemente com Dilma. Os exemplos poderiam se estender. Mais que isso, através de conselhos, como o de Desenvolvimento Econômico e Social, Lula chamou o conjunto das frações da grande burguesia para participar diretamente da elaboração das políticas públicas.²⁷ E assumiu como do governo as pautas desses setores: (contra)reforma da previdência em 2003; medidas na direção da (contra)reforma trabalhista nos anos seguintes; privilégio ao agronegócio através de políticas fiscais e financiamentos (além do bloqueio da reforma agrária); manutenção do ajuste fiscal em seus primeiros anos de governo e da política de juros altos e superávit primário elevadíssimo; isenções fiscais direcionadas, assim como financiamentos abundantes do BNDES no auge da crise em 2008/2009, entre tantas outras políticas discutidas e deliberadas a partir das representações diretas da burguesia junto ao governo.

A mesma política econômica que garantiu a travessia da crise em 2008/2009, no entanto, não viabilizaria a resistência à crise quando as condições internacionais se alteraram nos anos seguintes. Uma das razões para explicar porque alternativa petista perdeu espaço na agenda da grande burguesia. Essa, porém, é uma matéria para outras *Notas*.

²⁶ Sara Granemann e José Miguel B. Saldanha, “Os fundos de pensão e a acumulação capitalista”, *Opinião Socialista*, 150, 15 a 28/05/2003.

²⁷ Sobre a composição e a atuação do CDES nos dois mandatos de Lula, ver André Guiot, *Dominação Burguesa no Brasil: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003-2010*, Niterói, UFF, 2015. (Tese de Doutorado)